

# A condição juvenil e as revoltas dos subúrbios na França

Luís Antonio Groppo\*

Artigo

De outubro a novembro de 2005, revoltas de jovens nos subúrbios franceses surpreenderam os que até então consideravam a França como o país mais bem-sucedido na proteção aos direitos sociais e na promoção da integração de populações oriundas da imigração. Desde o início, também suscitou comparações com outra famosa rebelião juvenil francesa, o Maio de 68. Mais fortes, porém, foram as vozes que ridicularizam esta comparação:

Certas comparações odiosas tratam de fazer um paralelismo entre estas revoltas e as manifestações de Maio de 68. Nada a ver, por desgraça. A juventude estudantil daquela época lutava por um futuro melhor [...] A juventude dos *banlieues*<sup>1</sup> de hoje não crê, não tem futuro. (BLANCO, jornal *La Voz de Galicia*, 9 de novembro de 2005).

Não considero ridículo fazer esta comparação supostamente “odiosa”, tanto quanto não concordo em taxar a revolta dos jovens como irracional expressão dos instintos. É claro, são revoltas muito diferentes, e não apenas pela idealização pretérita de 68 ou a condenação presente dos incendiários de 2005. Mas a própria citação indica o que permite a aproximação entre os dois momentos: em ambas, os protagonistas foram as juventudes, ainda que não tenham sido exatamente as mesmas.

\* Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> Nome dado aos subúrbios parisienses que abrigam em sua maioria populações de baixa renda de origem imigrante.

Em 1968, eram universitários (secundados por estudantes dos liceus) vindos das classes médias e altas, filhos de cidadãos “inegavelmente franceses”, agindo no coração das grandes urbes. Em 2005, jovens quase sempre pouco escolarizados, moradores dos subúrbios e, mesmo quando netos ou bisnetos de imigrantes de antigas colônias francesas, tratados como “imigrantes”. Nos dois momentos, contudo, está presente a condição juvenil, que não é apenas biológica ou psicológica, mas também social. A condição juvenil dos revoltados em 2005 também é importante fator a levar em conta na análise desta rebelião incendiária, e é este o objetivo deste artigo.

No entanto, assim como a juventude em 1968 dramatizou as contradições de seu tempo, o mesmo fizeram os rebeldes em 2005. Em 68, tratou-se, sobretudo, de clamar por “libertação”, tanto contra as amarras morais dos valores tradicionais quanto contra a situação ignóbil alimentada pela geopolítica da Guerra Fria. A conflagração de 68, na verdade, foi mundial, com movimentos de grande envergadura não apenas na França e no 1º Mundo, mas em grandes centros urbanos em inúmeros países. Foi, neste sentido, sintoma e expressão da crise do capitalismo do Pós-2ª Guerra, do socialismo soviético e dos modelos de “desenvolvimento” tentados no 3º Mundo.

Em 2005, em escala bem menor, restrita a um país, trata-se do clamor pela “igualdade” contra desigualdades alimentadas pelo capitalismo global e políticas neoliberais, do modo como aparecem nos subúrbios da França. Expressam-se também as contradições dos modelos de inserção de populações migradas de fora do “Ocidente” aos países ricos, novas formas de racismo, o avanço da nova direita, a questão urbana do século XXI etc. Deste modo, a insurreição dos subúrbios em 2005 permite falar sobre os paradoxos de nosso próprio tempo, e aqui é preciso ao menos tocar nestes temas.

Sobre as fontes utilizadas para este artigo, há uma dificuldade que diferencia 2005 de 68. A verborragia dos estudantes em 68 – produtora de muitas fontes primárias e secundárias – contrasta com o relativo silêncio dos rebeldes de 2005. Mas é preciso salientar que este silêncio é relativo, porque, assim como

os atos também falam, a mídia e a grande imprensa não têm se preocupado muito em ser canal de suas palavras. Por outro lado, a única fala que consegui encontrar de um destes jovens parece comprovar a tese da revolta pela igualdade: um jovem detido por participar dos tumultos, diante da pergunta do juiz sobre o motivo de ter se rebelado, respondeu: “Porque não quero que me digam ‘tu’. Quero que me digam ‘vous’”. (apud LAPOUGE, 12/nov./2005, p. A20). O próprio autor que conta o caso explica: “Na França, só se usa o pronome ‘tu’ em condições de grande intimidade. O tratamento respeitoso e usado com estranhos é ‘vous’ – vós”.

O artigo se baseia em uma análise crítica das principais interpretações sobre as causas e os sentidos destes eventos, em material encontrado na imprensa e na internet (em sites de notícias e blogs). Literatura das Ciências Sociais sobre os problemas sociopolíticos de fundo da revolta ajudaram a sustentar a análise.

## Os dias da rebelião

Em 26 de outubro, um dia antes de começar a revolta, o ministro do Interior francês, Nicolas Sarkozy, chamou os moradores de um prédio a ser demolido em Argenteuil, na periferia de Paris, que resistiam à evacuação, de *racaille* (cujas traduções, como escumalha, gentalha ou ralé, não dão conta de todo seu caráter ofensivo). Sarkozy disputa com o primeiro-ministro Dominique de Villepin a indicação da coalizão de direita UMP para eleições presidenciais de 2007, que substituirão Jacques Chirac, em seu segundo mandato, também eleito por esta coalizão. Sarkozy busca atrair os votos que, nas eleições de 2002, levaram o ultra-direitista Le Pen para o segundo turno (ganhas por Chirac), como comprova o tratamento dispensado pelo ministro às populações de origem imigrante antes e durante esta revolta dos subúrbios, já que as acusações contra os “imigrantes” têm sido o principal mote da direita extremista na Europa.

No dia seguinte, dois jovens de origem africana morreram eletrocutados quando buscavam abrigo em subestação elétrica em Clichy-sous-Bois, periferia de Paris, fugindo da polícia que estava fazendo uma batida e, provavelmente, iria exigir deles docu-

mentos de identificação e averiguar que eram imigrantes “ilegais”. Um terceiro jovem ficou gravemente queimado pelo mesmo motivo. Ainda neste dia, jovens dos subúrbios de Paris atiraram pedras e coquetéis molotov contra prédios públicos e queimaram 148 veículos. O início da revolta se deu no distrito de Seine-Saint-Denis, que reúne vários municípios com população em sua maioria formada por imigrantes ou seus filhos e netos.

Em 28 de outubro, organizações muçulmanas francesas pediram calma aos jovens, enquanto Sarkozy incitava a repressão, ordenando mais *raffles* (batidas policiais, em que costuma haver violência e insultos a populações destes subúrbios). No dia 29, uma bomba de gás lacrimogêneo foi lançada na mesquita de Bousquets, periferia de Paris, na noite mais sagrada do Ramadã, muito provavelmente pela polícia.

Em 30 de outubro, foram queimados 1.173 carros e registrados protestos em 226 localidades. A revolta se espalhou pela França, chegando a Paris, Marselha, Nice, Lyon, Estrasburgo, Toulouse, Rennes, Nantes, Lille e Rouen. Incidentes semelhantes ocorreram até mesmo na Bélgica e na Alemanha, parecendo levar a crise a um âmbito regional europeu (o que não se deu em maior escala). No dia 1º de novembro, houve 116 localidades com protestos, e 600 carros foram queimados. Uma bomba explodiu em uma estação de metrô em Lyon, sem feridos. Manifestantes atearam fogo no jornal Nice-Matin, em Grasse, e um homem de 53 anos foi ferido gravemente.

Na madrugada de 5 para 6 de novembro, 1.400 carros foram incendiados. No dia 7, Villepin decretou estado de emergência, evocando lei que não fora usada nem mesmo em Maio de 68, elaborada em 1955 para coibir a guerra de libertação na Argélia, que prevê: toque de recolher, proibição de circulação de pessoas, criação de “zonas de segurança”, expulsão de pessoas que estariam a entrar a ação do poder público, controle da imprensa e prisões domiciliares.

A aplicação da lei não pareceu surtir efeitos imediatos: no dia 8, 1.400 carros foram queimados. No dia 10, Chirac, até então calado, falou de modo genérico que, após se restabelecer a ordem, seria preciso “coragem e lucidez” para analisar a crise. No

dia 11, “apenas” 463 veículos queimados, de modo que a imprensa esboçou o refrão de que a situação se acalmava. O número de carros queimados subiu para 502 no dia seguinte, mas caiu para 374 no dia 12. Entretanto, pela primeira vez os tumultos chegaram ao coração de uma grande cidade, Lyon, onde mais de 60 veículos foram atingidos. Um coquetel molotov foi lançado contra a mesquita de Carpentras, na Provence, mas não estourou, atirada por dois jovens que passavam de motocicleta.

Em 14 de novembro, Chirac falou novamente, prometendo criar 50 mil empregos sociais para os jovens dos bairros pobres, ao mesmo tempo em que o governo prorrogava o estado de emergência por três meses. Chirac ainda falou em integração, “crise de sentido” e “crise de identidade”, fazendo questão de proclamar, por outro lado, que os crimes seriam punidos. A revolta parecia diminuir: 284 carros incendiados contra 374 do dia 13.

No dia 17, mesmo não convencendo a todos, pois ainda havia alguns distúrbios ocorrendo, o governo anunciou o fim das revoltas.

Durante os eventos, contabilizou-se mais de 9 mil veículos incendiados e dezenas de edifícios atacados. 130 policiais foram feridos, e um civil sexagenário, morto. Foram detidas quase 3 mil pessoas, 400 delas condenadas a penas de prisão, e dez estrangeiros foram expulsos do país (PORTELA, 8/dez./2005).

Antes de analisar o aspecto “juvenil” da revolta, bem como discutir as contradições sociais que ela representa, é importante dialogar com outras formas de interpretá-la.

## Motins urbanos e revoltas étnicas

Uma espécie de “subproletariado” parece definir para alguns a classe social dos que se revoltam, inclusive graças à forma de rebelião de que fazem uso, que se assemelha aos motins urbanos que atentaram contra representações do poder público (transportes públicos, iluminação etc.), causados pelo comportamento autoritário do Estado diante das camadas mais pobres, como a Revolta da Vacina no Brasil do início do século XX. Mais recentemente, casos de queima de ônibus em protestos nas favelas do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o motim do subproletariado é considerado como expressão de uma desigualdade sufocante, semelhante a revoltas como a dos ludditas, artesãos decaídos à condição de assalariados que, no início da Revolução Industrial inglesa, queimavam as máquinas. Por outro lado, se distinguiria das formas organizadas de revolta das classes operárias no auge de sua mobilização – durante os séculos XIX e XX –, o que permitiria considerar a “revolução dos subúrbios” como “[...] uma revolução sem ideologia, sem partido, sem programa, sem método, sem começo, meio e fim...” (MAZURSKY, 8/dez./2005).

Porém, estes mesmos analistas demonstram que a grande mobilização proletária decaiu, nos tempos em que a flexibilização da produção, assim como as políticas neoliberais, enfraquecem a organização da classe que vive do trabalho e jogam frações dos trabalhadores uns contra os outros. Os motins urbanos atuais, neste sentido, indicam não a incipiência de organizações canalizadoras da insatisfação popular (como era a situação no tempo dos ludditas ingleses ou no Brasil da Revolta da Vacina), mas a decadência das suas formas tradicionais de representação:

[...] o movimento operário apresenta graves falhas, já que não apresenta perspectivas para os jovens dos bairros mais pobres. [...] no passado, o movimento operário era uma alternativa à violência, visto que dava perspectivas e esperanças aos jovens menos abastados. Hoje a raiva dos jovens não é canalizada para a melhoria da situação deles. (LAGUILLER, 13/nov./2005).

Teríamos, então, um motim urbano realizado por camadas trabalhadoras que ocupam as margens daquele núcleo de assalariados com direitos sociais e boas condições de labor garantidas. Situação que passa a ser cada vez mais comum entre os que vivem do trabalho, por sinal, capaz de enfraquecer, por si só, as formas tradicionais de organização dos trabalhadores. Entretanto, as contradições socioeconômicas não são abolidas: os motins urbanos de 2005 assim o demonstram.

A citação acima, por outro lado, demonstrou que, desta vez, os protagonistas do motim são os jovens daquelas camadas “subproletárias”. Não é novidade, na verdade, a junção entre o

motim urbano e a revolta de jovens das camadas populares. Em 1968, por exemplo, houve ocasiões no México e no Brasil em que estes apareceram ao lado dos universitários. Em relação à França, está presente também um novo costume, a queima de carros, comum em feriados nacionais. Portela (8/dez./2005) afirma que, por ano, costumam se queimar 30 mil automóveis na França, em geral no Ano Novo e na festa nacional de 14 de julho. Costume que, na verdade, faz menção à queima de automóveis por jovens universitários em Maio de 68 – a diferença é que, lá em 68, tratava-se da juventude das classes médias.

Neste sentido, a análise tende a deslizar para a questão da delinquência juvenil que, tanto como a versão sobre o motim urbano, contém seus acertos e seus limites, mas que prefiro abordar adiante.

Antes, é preciso discutir a mais comum das abordagens sobre os eventos de 2005. Ela destaca a filiação étnico-cultural dos que se revoltam. Não se trata de algo nada desprezível. No plano simbólico, é um dos aspectos mais aludidos, ainda que quase sempre apenas pelos que estão fora da rebelião, os membros da suposta França “nativa”. Contudo, temos aqui a mais problemática fonte dos argumentos de muitas destas análises.

A revolta de 2005 se assemelha, segundo alguns, ao motim de negros em Los Angeles, Estados Unidos, em 1992. 92 tratou-se de uma revolta espontânea motivada pela absolvição de policiais que foram flagrados espancando um motorista negro. Certamente, em 2005, o estopim foi semelhante (jovens mortos ao fugir de batida policial), assim como seu caráter espontâneo.

Mas seria mais interessante, talvez, como faz Ramonet (8/dez./2005), que se citasse a comparação com as lutas pelos direitos civis dos mesmos negros norte-americanos nos anos 1960. A própria França assistiu a esta forma de expressão do desejo de igualdade, menos espontânea e violenta, por populações “imigrantes”. Foi a Marcha dos *Beurs* (nome dado a imigrantes e franceses de origem muçulmana) em 1983, uma gigantesca “manifestação pela igualdade e contra o racismo”, que reuniu 100 mil *beurs* durante passeata de Marselha a Paris. (LE MONDE, 15/dez./2005).

Entretanto, muitos analistas reproduzem em suas falas – ou manipulam – o medo em relação ao islamismo. É que a grande maioria dos imigrantes da França vieram de locais em que predomina esta religião, de modo que este país tem a maior população muçulmana da Europa, um pouco mais de 5 dos 11 milhões de muçulmanos do continente. Mas estes analistas não costumam citar que, na França, em 2001, apenas 500 mil deles eram praticantes (LEITE NETO, 23/set./2001, p. A8), muito menos que a grande maioria das tendências islâmicas nada têm do fundamentalismo terrorista que tanto assusta os filhos do “Ocidente”.

Também é preciso lembrar que a maioria dos jovens rebelados era nascida na França, ou seja, eles não eram imigrantes, ainda que em grande parte fossem descendentes de pais ou avós vindos das antigas colônias francesas do Magreb (Argélia, Marrocos e Tunísia)<sup>2</sup>. Na verdade, alguns eram filhos de imigrantes portugueses, e havia até os franceses “nativos”. (THE ECONOMIST GLOBAL AGENDA, 15/dez./2005). Pensadores progressistas, como Pierre Bourdieu, há tempos criticam a falácia do termo “imigrantes” para se referir a seus descendentes, já que eles não “emigraram” de lugar algum. Tão absurdo quanto lhe parece o uso de termos de segregacionismo implícito como “imigrantes de segunda geração” (BOURDIEU, 1998, p. 26-7).

É claro, a revolta dos subúrbios ilustra a condição dos imigrantes e dos seus descendentes, ainda que não conte apenas com eles, nem que os rebeldes estejam preocupados em explicitar sua “diferença”. Trata-se, antes, de vociferar contra a desigualdade econômica, o racismo, o abandono pelo lado social do Estado e os abusos de seu lado repressivo. Portanto, não se trata de uma revolta étnica, no sentido de buscar o reconhecimento da diferença de uma cultura ou religião no seio da França.

Entretanto, analistas progressistas defensores do “multiculturalismo”, em vez de enfatizar as condições socioeconômicas, preferem destacar a questão da diversidade étnico-cultural. A prin-

---

<sup>2</sup> A maioria dos imigrantes que a França recebeu depois da 2ª Guerra Mundial veio de suas ex-colônias, vindos do Magreb, África Ocidental, Indochina e ilhas do Caribe e Oceania.



cípio, parece um correto alerta para que se complemente o cultivo da igualdade com o reconhecimento da diversidade. O preocupante, porém, é que também conservadores enfatizam a diferença cultural, mas com o objetivo oposto.

Entre aqueles progressistas, Kassovitz (8/dez./2005) diz que a causa da revolta não é a insatisfação geral para com as condições de vida, e que não se trata de um combate político, e sim “reações cutâneas” contra os despropósitos de Sarkozy, revelando a falta de abertura e comunicação entre diferentes comunidades, o que vem incitar o ódio e a violência<sup>3</sup>.

Do lado conservador, Amón (15/dez./2005) chega a dizer que “[...] os bairros em chamas [...] escondem penosas realidades de extremismo islâmico, incluídas as práticas de ablação do clitóris”. Para Ascher (15/dez./2005), a revolta de filhos de imigrantes não se daria por carência, já que teriam de sobra pão, teto, mesada e “acesso tranqüilo a drogas recreativas”. Diz que as palavras de ordem da atual revolta são algo como “Alá é grande” – afirmação que me intriga, porque, ao que parece, em nenhum momento revelou-se tal grito, talvez apenas na mente de alguns. Enfim, tal qual Le Pen, utiliza a retórica da guerra civil: “A presente rebelião não deixa de ser, para todos os efeitos, a guerra de independência de uma (crescente) minoria religiosa que, em termos demográficos, atingiu a massa crítica necessária para desafiar e impor sua vontade à sociedade que a acolheu e sustenta”.

Ascher e outros denominaram a revolta de “Intifada dos subúrbios”. A Intifada foi o nome dado a revoltas de jovens palestinos contra forças de ocupação israelenses, a princípio uma inocente analogia entre a fúria espontânea de jovens, em sua maioria de cultura islâmica, de diferentes países. Mas para os conservadores o termo tem conotações claras: reforçar o caráter supostamente fundamentalista da revolta. Em ambos os casos, de modo equivocado, já que na própria Palestina pouco tiveram de religiosas as causas da revolta, já que se tratava, sobretudo, da luta contra o martírio de um povo.

<sup>3</sup> Entre outros destes, Rushdie (18/dez./2005) e Ireland (15/nov./2005).

Deste modo, vem se revelar não apenas a “nova direita” francesa, mas também o “racismo culturalista” – os quais, aliás, estão bastante imbricados.

Os motins de 2005 trouxeram à tona uma nova leva de intelectuais franceses que aderem abertamente a valores de direita. Entre eles, o filósofo Alain Finkielkraut, que considerou a revolta dos subúrbios como um “pogrom anti-republicano” feito por “uma minoria étnica impossível de integrar” que assim exprime seu “ódio do Ocidente mundialmente expandido”. Em seguida, assume o discurso que “[...] descreve uma lógica, uma continuidade, um parentesco entre o movimento islâmico extremista mundial” e as revoltas dos subúrbios franceses (LAPOUGE, 3/dez./2005, p. A27).<sup>4</sup>

Assim, o discurso que cultiva o medo do “outro violento” ganha não apenas ares de seriedade no ideário de intelectuais respeitados, mas, segundo Tariq Ramadan (apud GREENHALGH, 13/nov./2005, p. J5), transforma-se na “mais forte arma política atual”. Para Ramadan, mais perigoso que o crescimento da ultradireita na Europa, foi a “normalização do seu discurso”, já que hoje tanto pessoas da direita quanto da esquerda muitas vezes ostentam palavras que outrora eram ditas apenas pelos da ultradireita.

O discurso, quanto ao tema da impossível assimilação dos imigrantes “orientais” às sociedades do Ocidente, se reporta também ao novo racismo. Novo, porque troca o discurso da inferioridade racial pelo da inferioridade cultural, afirmando que certas tradições arraigadas em dadas etnias impedem que elas entendam e aceitem o modelo ocidental da cidadania e direitos humanos. Pierucci (1990) já apontara que, nos anos 1980, na França, construiu-se um “racismo sem raças” por sua nova ultradireita, em torno de Le Pen, “[...] um racismo cujo tema dominante não é a hereditariedade biológica, mas a *irreducibilidade das diferenças culturais*, um racismo que, por isso mesmo, postula a incompatibilidade dos modos de vida e das tradições”, um “racismo cultura-

---

<sup>4</sup> Outros representantes da nova direita francesa são André Glucksmann, Hélène Carrère d'Encausse e os escritores Alain Finkielkraut e Michel Houellebecq (ORICCHIO, 18/dez./2005).

lista” (p. 29) – fruto inclusive de uma apropriação indevida do ideário do “direito à diferença”, quando os argumentos sobre a diferença, que deveriam defender o diferente, passam a ser usados para justificar sua subalternidade social.

Hardt e Negri (2001) demonstram que este novo racismo afirma que são insuperáveis os limites entre culturas e tradições, que “[...] sérvios e croatas, hutus e tutsis, afro-americanos e coreano-americanos precisam ficar separados” (p. 212). Este racismo fundado no “essencialismo cultural” vai construindo modelos para as diferentes “etnias” nos quais se espera que os “diferentes” se acomodem, segregando-os em vez de tão-somente hierarquizá-los.

Os motins urbanos juvenis nos levaram até aqui a pelo menos três questões complexas e apenas aparentemente desconexas: a precarização do trabalho na era do capitalismo global, incluindo aí o desemprego estrutural (do qual estes jovens e suas famílias são algumas de suas vítimas); a questão da imigração; a crise dos modelos de inserção dos imigrantes nas sociedades dos países ricos.

Sobre a primeira, procurei demonstrar o quanto ela enfraquece as formas tradicionais de mobilização social, tornando o motim urbano um dos únicos meios disponíveis para a expressão das angústias das pessoas diante das contradições socioeconômicas.

A questão da imigração precisa também ser relacionada à questão da globalização<sup>5</sup>, mas, de todo modo, já demonstrei que a revolta não se trata de uma rebelião cultural de populações “orientais” que se negam a se integrar, que ainda estariam imersas na cultura do país nativo “não-ocidental”. Ao contrário, se há um grito audível, não é pela “guerra santa”, mas pelo desejo de que se proceda a uma verdadeira integração socioeconômica de populações que, em boa parte, já se integraram culturalmente ao modo de vida “ocidental”.

<sup>5</sup> “A Europa Ocidental tinha, em 2005, 20,5 milhões de imigrados. 500 mil pessoas imigram por ano para a União Européia. Muitas delas são vítimas do tráfico e contrabando de seres humanos que movimenta em torno de US\$ 10 bilhões anuais. Em termos mundiais, nos anos 1990, 175 milhões de pessoas migraram, o que significa 3% da população do planeta (sem contar os clandestinos) (BORGES, 8/dez./2005).”

Neste sentido, as falhas no modelo de inserção de populações de origem “imigrante” não estariam, como parece, nas abissais diferenças culturais ou religiosas, mas sim na falta de uma verdadeira integração econômica e civil. Fala-se muito dos diferentes modelos de inserção na Europa, contrapondo-se o modelo multiculturalista britânico ao modelo integracionista francês. Na maioria das discussões levadas a cabo por progressistas que cultivam a questão das diferenças, deixa-se de abordar que o grande entrave à inserção não é cultural.

Certamente, são temas complexos, tanto em si mesmos quanto em sua imbricação, o que dificulta abordá-los aqui com mais profundidade, ainda que, provavelmente, sejam mais importantes para entender as causas profundas da revolta de 2005. Entretanto, o tema deste artigo, a condição juvenil, é que tornou público e dramático estes problemas, que tornou uma insatisfação latente e um sofrimento constante uma rebelião violenta.

## Condição juvenil

Como já foi dito, 1968 foi uma revolta mundial de jovens, quase sempre de classe média, em geral universitários das grandes cidades do mundo e “nacionais integrados”. Houve uma relativa espontaneidade do início da revolta e de sua generalização, em cada país e no mundo. Ele deu origem, quase sempre, a uma miríade de organizações locais, muitas vezes com uma entidade nacional representando o movimento de modo mais simbólico (como a União Nacional dos Estudantes no Brasil e o *Students for Democratic Society* nos EUA) (Cf. GROppo, 2005).

Já em 2005, temos “motins” de origem local que conformaram uma revolta em nível nacional na França. Tanto quanto 68, seus protagonistas foram jovens, mas agora do “sub-proletariado” (populações que vivem do trabalho, mas estão desempregados ou dispõem apenas de ocupações precarizadas). As ações violentas tiveram vez quase apenas nas periferias dos grandes centros urbanos. Nestas, moram os considerados como eternos “imigrantes”, mesmo quando nascidos no solo francês, descendentes

às vezes até de quinta geração dos imigrados das antigas colônias francesas. Enfim, em 2005 houve uma espontaneidade ainda mais forte que em 1968, mas que não se viu seguida – pelo menos ainda não – pela formação de organizações ou entidades representativas (distinguindo-se, por exemplo, da Marcha dos *Beurs*).

Sobre os eventos de 2005, Castelo (8/dez./2005) afirma:

Para os incautos ou nostálgicos, é algo assim como um revival dos eventos de maio de 68, com suas barricadas e confrontos. A comparação parece inevitável. É um movimento realizado por pessoas em sua esmagadora maioria jovem. Nenhum partido ou organização poderia ser responsabilizada ou quer se responsabilizar por sua condução. Ao contrário, algo como um impulso coletivo irrefreável parece tensioná-lo, no sentido do teste dos limites da resistência da sociedade francesa [...]. Mas a história não se repete da mesma forma.

É claro, 68 não é igual a 2005. No entanto, apesar das inúmeras diferenças, a citação conseguiu captar a presença juvenil fundamental nas duas revoltas. Por que os jovens foram os atores principais da revolta em ambos os casos?

Para responder, é preciso discutir primeiro o que entendo por “condição juvenil”. Um olhar sociológico sobre a condição juvenil torna relativa a sua dimensão biológica. Ou seja, social e historicamente, variam até mesmo as idades que são abarcadas pela faixa etária juvenil. Sociologicamente, a juventude pode ser conceituada como uma categoria social, um momento do curso da vida em que se dá a socialização secundária, ou seja, o contato e a preparação do indivíduo em relação a esferas sociais que estão para além do núcleo familiar, da vida íntima e da esfera privada: trabalho, mercado, política, cultura, arte etc. (EISENSTADT, 1976). Instituições sociais especialmente formadas para guiar esta socialização procuram constituir a identidade social do indivíduo: escolas, universidades, grupos juvenis controlados por adultos (igrejas, Estado, partidos, movimentos etc.), indústria cultural, mídia eletrônica etc.

Mas deve ficar claro, desde logo, que esta socialização não é a mesma para todas as classes, camadas sociais, países, regiões e momentos históricos. A socialização secundária, incluindo a

educação média e superior, é também um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica, ao encaminhar, em geral de modo disfarçado, cada indivíduo ao destino social que, de antemão, já lhe foi imposto pela história e pela integração social (cf. BOURDIEU e PASSERON, 1975).

Mas isto ainda não definiu a condição juvenil na modernidade e contemporaneidade. É que ela é, no meu entender, dialética, marcada pela contradição entre esta tendência poderosa de institucionalização da passagem da infância à maturidade *versus* a expressão – como realidade ou como desejo – de autonomia por parte de indivíduos e grupos que encaram a juventude de maneiras alternativas. Isto se demonstra, primeiro, pela formação de inúmeros grupos juvenis informais – em paralelo, à margem ou em contraposição aos grupos juvenis institucionalizados. Em segundo lugar, pelo fato de a condição juvenil se caracterizar como uma vinculação experimental à realidade e aos valores sociais vigentes (FORACCHI, 1972). Esta condição permite ao jovem, individual ou coletivamente, se deparar com o mundo social – suas realidades e valorações dominantes – sem que este tenha ainda se sedimentado em sua consciência, personalidade e caráter. Há sempre o risco, dada a condição juvenil, de que este mundo e valores sejam – de modo parcial ou total – rejeitados e renegados, o que explica as inúmeras aproximações dos jovens com ideologias, doutrinas, movimentos, partidos, e tendências políticas e culturais que se apresentam como alternativas à realidade vigente.

Aqui podemos vislumbrar tanto a fraqueza quanto a força da condição juvenil: positivamente, a possibilidade de negar aquilo que é dado como eterno, imponderável e correto, mesmo sem o ser; negativamente, a possibilidade de rejeitar ingenuamente saberes comprovados racionalmente ou pela sabedoria acumulada (GROPPO, 2004).

Entretanto, uma outra concepção sobre a “condição juvenil”, que não é inédita, na verdade, vem ganhando cada vez mais força, paulatinamente ao avanço da chamada “sociedade do consumo”. Ela pensa a condição juvenil como um “estado de espírito”, um “estilo de vida” ou um “modo de ser”, à disposição daqueles indivíduos que assim desejarem viver sua “eterna juven-

tude” (DEBERT, 1999). Trata-se de um rebento da tese que considera a pós-modernidade também como o processo de “desinstitucionalização” e “reprivatização” do curso da vida, que proclama o advento de uma era de abertura às diferenças e à livre composição do curso da vida pelos indivíduos. Mas, ao mesmo tempo em que se decai ao relativismo absoluto, desconsiderando as necessidades e dificuldades inerentes a cada “faixa etária”, fica aí oculta a regressão dos direitos sociais relativos aos cuidados com certas categorias etárias mais frágeis (infância, juventude e velhice) com a intensificação do capitalismo via globalização.

Apesar desta negação da juventude como momento de socialização, na realidade, bem ou mal grande parte da socialização de crianças e jovens ainda se dá por canais e instituições “modernos”, mesmo que estes venham sofrendo uma relevante precarização. Também indicando a permanência da potencial “rebeldia” da condição juvenil, novos movimentos políticos e socioculturais têm grande participação de jovens, seja naqueles protestos contra a globalização neoliberal (desde pelo menos Seattle, em 1999) e contra a Guerra do Iraque (em 2003), seja em grupos de ativistas sociais como os anarcopunks (SOUSA, 1999) e o britânico *Reclaim the Streets*, entre outros (KLEIN, 2002). Enfim, nos subúrbios franceses em 2005, algo que parecia inédito ou apenas secundando as formas de protesto antes citadas, o “motim urbano”.

Sendo a condição juvenil uma relação experimental com valores e instituições sociais, considero que pode surgir a revolta das juventudes quando não se dá uma transmissão tranqüila e imediata daqueles valores e instituições hegemônicos – seja por “falhas” nesta transmissão, seja pela crise do que é hegemônico. Foi o caso de 1968, de modo mais amplo, bem como o de 2005, ainda que de modo mais restrito.

Em 68, os jovens de classes médias expressaram a crise dos valores e instituições hegemônicas quando os rejeitaram. Em 2005, tratou-se da frustração de jovens discriminados como “imigrantes”, dada a falsa integração prometida pelos valores da França Republicana, quando a situação concreta é a de injustiça social, racismo e indefinição da sua própria identidade – já que tais jovens não são nem filhos da pátria de seus pais ou avós nem reco-

nhecidos integralmente como cidadãos franceses. Afinal, teria dito o próprio Mitterrand, presidente da França em 1990:

Que esperança pode ter um jovem nascido em um bairro sem alma, cercado apenas de feiúra, aprisionado pelas muralhas cinzentas em uma terra baldia também cinzenta, e condenado a uma vida cinzenta, enquanto em torno dele a sociedade prefere ignorar sua situação até que chegue a hora de reprimir, a hora de proibir? (apud IRELAND, 15/nov./2005).

### “Delinquência juvenil”

É preciso reforçar que nunca é garantido que a condição juvenil gere a revolta dos jovens, nem de todos os jovens num mesmo tempo de crise – por exemplo, a revolta juvenil de 2005 não é daqueles jovens que vivem fora dos subúrbios. Por outro lado, quando esta revolta acontece, ela pode se dar de modos muito diversos.

Da visão funcionalista e conservadora de David Matza (1968), podemos inferir as três principais “tradições” de revolta das juventudes: o radicalismo, a boêmia e a delinquência. O radicalismo liga-se principalmente à rebelião por motivos políticos, como dos estudantes em 1968, a partir dos *campi* universitários. A boêmia, à contestação de caráter cultural e comportamental, como no movimento *hippie* e as contraculturas, nos mesmos anos 1960. Enfim, a delinquência, assustadora tendência de jovens pobres moradores de bairros pobres das grandes cidades desde pelo menos o início da Revolução Industrial, que, a princípio, parece caracterizar os motins de 2005 na França.

Se 68 foi, em primeiro lugar, a grande manifestação mundial do radicalismo juvenil, secundado pela boêmia das contraculturas, 2005 seria uma manifestação da delinquência. Num primeiro momento, a idéia parece apropriada. Os incendiários dos subúrbios são mais aparentados com as gangues juvenis das periferias das grandes cidades de ontem e hoje do que com os organizados universitários de Maio de 68. Entretanto, é preciso problematizar a concepção tradicional sobre a “delinquência”, bem como as formas que assumem atualmente as análises sobre a



tendência “destrutiva” dos jovens dos subúrbios. É preciso, principalmente, criticar os limites da versão “funcionalista” da Sociologia da delinquência juvenil, na sua maioria compartilhados com a tradicional aversão do senso comum para com os delinquentes.

A juventude, segundo Matza (1968), é o momento em que o indivíduo estaria mais ameaçado de ser alçado por estas “tradições ocultas” que geram a inadaptação do jovem. Sua concepção de sociedade é a funcionalista. As tradições ocultas seriam geradoras de “infuncionalidades”, disfunções sociais que devem ser combatidas com correções pontuais que restabeleceriam a ordem do sistema social. A juventude aqui não interessa pelo que ela é, mas apenas pelo que ela será, ou melhor, pelo que ela “deveria ser”. Esta excessiva preocupação com a integração social dificulta, ao meu ver, a discussão das próprias questões da juventude, a saber, o significado das suas revoltas, resistências e “desvios” ao longo do tempo e do espaço. Neste sentido, considero mais apropriada a concepção “dialética” sobre as juventudes modernas e contemporâneas, descrita no item anterior.

Em outras versões derivadas do funcionalismo, as “disfunções” da juventude parecem ser interpretadas como necessárias críticas a aspectos regressivos da sociedade, saudáveis indicações do que é preciso reformar ou rever. Mas dificilmente a “delinquência” adquire tal status, que parece adequado apenas ao “radicalismo” estudantil. Formas de revolta que fazem uso da violência mais ou menos espontânea, que atacam tal como nos motins urbanos do *lumpen*-proletariado os símbolos do poder econômico e político, que parecem fazer da rebelião um exercício de aventura, são relegadas ao inferno dos modos de expressão da insatisfação juvenil, condenadas como manifestações dos “instintos selvagens” ou da influência perniciosa dos “hormônios”. Sobre 2005, por exemplo, Hermel (15/dez./2005), jornalista francês radicado em Madri, afirma que estes jovens já não ouvem pais, imãs, padres, Estado ou revolucionários e “[...] só obedecem o que de mais passional habita cada um”.

Novas “tradições ocultas” da delinquência juvenil estariam também na causa desta rebelião violenta, na visão de Brooks (13/nov./2005), em artigo publicado em *The New York Times*. Sua tese

é a de que a maioria dos “jovens muçulmanos” habitantes dos países ricos, como na França, tem adotado como forma de expressão o *gangsta rap* – “[...] subgênero do *hip-hop* cujas letras tratam da vida comum dos criminosos e membros de gangues dos guetos urbanos americanos” (BROOKS, 13/nov./2005). Os rebeldes na França teriam assimilado tal cultura nos gestos, roupas, colares, machismo, atitudes em relação a mulheres e dinheiro, formação de gangues e visão romântica sobre os bandidos. No fim, retoma-se o modelo do “delinqüente juvenil” que tantas vezes povoou o imaginário das sociedades burguesas, em que ele se torna o terrível portador do irracional, já que, para este jornalista, o *gangsta rap* se baseia na “imagem do homem violento, forte e hipermacho”, que “não sente nada exceto revolta com as instituições da sociedade” e que “deixa clara sua força cruel, dominando as mulheres”.

Por outro lado, a violência “irracional” do delinqüente é muitas vezes associada ao mais organizado submundo do crime, que teria nestes jovens a matéria-prima para as suas maquinacões perversas. Por exemplo, Villepin afirmou em 2 de novembro que a polícia enfrentava “[...] gangues estruturadas e uma rede de crime organizado” (FOLHA ONLINE, 8/dez./2005). A polícia francesa também chegou a afirmar que estes criminosos queriam organizar as rebeliões para, deste modo, controlar o tráfico e a prostituição nos subúrbios.

Instintos irracionais, manipulação pelo mundo do crime, drogas, prostituição, vandalismo, promiscuidade etc. Novamente, figuras da perversão humana são trazidas do imaginário coletivo para a opinião pública tentando depreciar a revolta dos jovens. Deste modo, impossível ver nela mais do que falta de valores ou ingratidão para com um país que os acolheu.

Próxima desta, aparece uma outra versão sobre a rebelião dos “delinqüentes”: ela denuncia o “caos social” instalado pelos desenvolvimentos perversos do sistema social capitalista. Ainda que progressista, muitas vezes esta versão comunga com alguns dos desacertos da concepção funcionalista da delinqüência juvenil.

Dois franceses, a escritora Viviane Forrester e o economista René Passet, anos antes desta revolta, ainda que permea-

dos de reflexões com as quais concordo prontamente, acabam chegando a esta outra versão sobre a delinquência quando falam dos jovens dos subúrbios. Forrester, em importante livro escrito em 1996, afirmou que

[...] suas brutalidades, suas violências são inegáveis. Mas e as devastações de que eles são vítimas? Destinos anulados, juventude deteriorada. Futuro abolido.

[...] Eles só podem recusar sua sorte e seu jugo por meios que geralmente descambam para a violência e a ilegalidade, que os enfraquecem ainda mais e respondem em parte aos desejos daqueles que têm interesse em mantê-los nesse abandono, assim justificado [...]. (FORRESTER, 1997, p. 60, 63).

Quanto a Passet, sobre os jovens das camadas pobres da França:

A exclusão leva à revolta de uma juventude sem futuro que não suporta mais a provocação permanente de uma publicidade que convida e incita a desfrutar de artigos de consumo dos quais muitos se vêm afastados, por falta de formação, de emprego e de renda. Que exemplo, que apoio moral, que acompanhamento podem oferecer-lhes pais sem emprego, sem horário, deixando que tudo corra ao deus-dará? Em nome de que os marginalizados do crescimento haveriam de respeitar isto? (PASSET, 2002, p. 191).

Neste sentido, a irracionalidade da violência juvenil é tão-somente fruto da irracionalidade da sociedade. Ainda que o diagnóstico – o “caos social” a que tais populações são destinadas – seja diferente do dos conservadores descritos outrora, a descrição da doença é a mesma – a irracional e passional delinquência de jovens desesperançados.

Parece importante reconsiderar o que dizem estes pensadores progressistas, que descrevem a situação urbana e econômica dos subúrbios como um “caos social”, cataclismo da vida em sociedade, ausência de quaisquer vínculos ou relações sociais, mera promiscuidade, delinquência, fácil queda ao vício e criminalidade... Caso a situação fosse de completa ausência de laços sociais, como as pessoas teriam vivido e sobrevivido, como

estariam vivendo e sobrevivendo? No meu entender, tem-se, tanto quanto nas favelas e subúrbios do Brasil, uma recriação de relações, valores e formas de sobrevivência – o que não significa que estes sejam necessariamente “justos”, muito menos emancipatórios. Na França, não se pode negar que houve uma relativa integração aos modos de vida e valores de uma sociedade capitalista ocidental. O problema é que a sociedade não é capaz de permitir uma real integração, permeada como é – assim como qualquer sistema social capitalista – de limites e falhas na aplicação concreta dos direitos sociais e da cidadania, dadas as contradições crescentes desta sociedade. Aí está a principal causa da revolta, o desejo de viver melhor, de viver como se promete àqueles que se “integrarem” à sociedade francesa.

## A questão urbana e a crise social

Os jovens foram os protagonistas daquela violenta forma de manifestar este desejo. Primeiro, pelo fato de a condição juvenil significar que, diferente de seus pais e avós, estes jovens aceitam menos as contradições entre a prática e os valores de “integração” e “cidadania”. Eles ainda não absorveram como “normal” esta discrepância. Segundo, pelo fato de eles serem aqueles que mais sofrem, entre os moradores dos subúrbios e descendentes de emigrados, as precariedades da vida nestas degradadas áreas urbanas – outra forma, na verdade, de manifestação da grave crise social de nossos tempos.

As revoltas aconteceram num espaço urbano bem marcado: os subúrbios das grandes cidades francesas, as *cités*, conjuntos de precários edifícios construídos pelo Estado para abrigar populações pobres, principalmente trabalhadores imigrantes. Um fato ocorrido ainda em 2005 pareceu anunciar estas revoltas, quando alguns destes edifícios em péssimas condições de segurança pegaram fogo, matando muitas pessoas, principalmente crianças, na periferia de Paris. Também nos últimos anos houve corte de 300 milhões de euros em recursos públicos para políticas benéficas aos subúrbios, entre os quais “[...] cortes de 60% nos últimos três anos aos subsídios aos grupos de bairro que

trabalham com os jovens e redução nos orçamentos de treinamento profissional, educação, combate ao analfabetismo e policiamento de bairro [...]”. (IRELAND, 15/nov./2005).

Estas zonas urbanas – a França possui em torno de 750 delas – abrigavam cerca de 4,7 dos 61 milhões de habitantes do país. Nelas, o desemprego girava entre 20 e 30% (entre as mulheres, 38%). Faltavam áreas verdes, espaços de lazer, escolas e professores de qualidade (PORTELA, 8/dez./2005; BORGES, 8/dez./2005). Construídos em sua maioria nos anos 1960, foram aos poucos ocupados por populações imigrantes que não podem votar – o que causou o seu abandono por sucessivos governos. Não restou em muitos deles qualquer representação do Estado: serviços públicos vêm se retirando como parte das políticas neoliberais de redução dos orçamentos públicos, assim como muito do comércio privado, dada a crescente insegurança destes locais (RAMONET, 8/dez./2005).

O fenômeno da segregação urbana não é algo exclusivo da França, como bem o sabemos. Nem de nosso tempo; apenas a sua generalização assustadora. As mudanças recentes causadas pela globalização vêm criando “[...] uma nova população urbana, inserida nos lugares mais precários das metrópoles” (CALDEIRA, 13/nov./2005). Se alguns jamais esperavam que um protesto importante poderia se dar a partir destes locais, outros, que até aguardavam o dia da explosão, não imaginavam que ela se daria justamente na França: “Quem diria que esses ‘riots’ iriam acontecer em Paris? São Paulo tem muito mais segregação e desigualdade, um cenário perfeito para uma revolta como essa, mas ela não aconteceu até hoje” (CALDEIRA, 13/nov./2005).

Talvez seja a segregação flagrante um dos motivos de esta indignação coletiva ter se expressado em incendiária revolta. Segundo Fernandes (8/dez./2005), “[...] o distrito de Seine-Saint-Denis [...] é um mundo à parte para a maioria dos parisienses, que em muitos casos nunca visitaram essas áreas”. Os trabalhadores imigrantes em geral foram levados a morar nas *cités*, edifícios de apartamento de aluguel, “[...] posicionados deliberadamente fora das vistas da população em geral, nos subúrbios” (IRELAND, 15/nov./2005).

A sociedade e o governo francês marcam estas populações com o selo da diferença étnica e cultural, a qual, ainda quando

implicitamente, parece explicar a desigualdade. O racismo se tornou, como vimos, a marca principal do tratamento da maioria dos europeus e seus políticos para com estas populações oriundas da imigração do Norte da África:

Nem o sangue derramado por muçulmanos do Norte da África lutando com uniformes franceses durante as guerras mundiais nem o suor dos trabalhadores migrantes, vivendo sob condições deploráveis, que reconstruíram a França e a Europa ganhando quase nada depois de 45, fizeram com que seus filhos fossem cidadãos com plenos direitos. (KEPEL [em seminário feito antes do início das revoltas] apud GALENO, 15/dez./2005).

Segundo Tariq Ramadan (apud GREENHALGH, 13/nov./2005, p. J4), o que os jovens descendentes que participam das revoltas dizem é

“Nós somos cidadãos franceses”, embora a sociedade de pele branca [...] reaja com desprezo a essa afirmação. Olha-os como se fossem estrangeiros, imigrantes ou, pior ainda, como “franceses de origem imigrante” [...] Esse jovem se sente isolado, desrespeitado, discriminado. Ele diz “eu sou francês”, mas não é ouvido. O que move a revolta “é a carência diária de justiça social”, e pelo fato de estarem “desconectados da política formal” acabam agindo deste modo agressivo e até inconsciente.

Mas a segregação, para Forrester (1997, p. 59), mais que étnica, é social, pois foram os pobres – e não tão somente os “imigrantes” – aqueles jogados nestes “[...] subúrbios onde ficamos livres de uma parte dos que não nos servem mais, colocados assim de lado, estabelecidos naquelas obras-primas de anulação latente”. Para ela, o problema da “integração” destes jovens não é uma questão cultural, mas social: “Fazer aqui uma distinção entre franceses natos e filhos de imigrados com direito ou não à cidadania francesa equivaleria a cair numa daquelas armadilhas destinadas a desviar do essencial, dividindo para dominar. Antes de tudo, trata-se de *pobres*. E de *pobreza*” (FORRESTER, 1997, p. 59). Ou seja, a questão étnica tanto quanto a urbana são frutos da questão social, tão agravada nestes últimos anos de globalização do capitalismo e de adoção de políticas neoliberais:

O problema dos bairros periféricos [...] não tem raízes apenas no urbanismo malbaratado, mas nessa lógica que em nome da competitividade transforma a substituição do homem pela máquina em drama de exclusão social. [...] Não bastará pintar as fachadas de rosa, mobilizar os jovens em campeonatos de futebol ou mandá-los tomar ar fresco no campo. Devolver a cada um a noção de sua própria dignidade e a esperança no amanhã é naturalmente uma conversa muito diferente. (PASSET, 2002, p. 191).

A revolta de 2005, de modo tortuoso e elíptico, difícil de se distinguir para os que se arvoram em questões menores, vem mostrar também que a globalização e as políticas econômicas neoliberais têm significado a precarização do trabalho e do trabalhador, e não apenas nos países pobres. Nos países ricos, duas tendências principais são identificáveis: nos EUA e na Grã-Bretanha, a queda nos salários e a flexibilização dos trabalhadores e seus direitos, mantendo-se o nível de emprego; na Europa continental, como na França, a manutenção dos salários e direitos sociais, mas com o aumento do desemprego (PASSET, 2002, p. 175). Mas, em ambos os casos, dá-se o empobrecimento da classe que vive do trabalho: novos empregos surgidos na Europa tendem a ser precarizados como os dos EUA; a participação dos salários no valor agregado das empresas vem recuando bastante (na França, de 67,6% em 1965, para 60% em 1998). O novo Índice de Pobreza Humana, do PNDU<sup>6</sup>, indicava no final do século XX, na França, 11,9% de pobres (PASSET, 2002).

Aumentam as desigualdades, inclusive na França: entre os que vivem de rendimento do trabalho e os que vivem do seu patrimônio, entre trabalho não qualificado e qualificado, e entre gerações. Dados de 1998 mostravam que na França “[...] a relação entre a renda dos 10% mais favorecidos e a dos 10% menos favorecidos da população passou de 3,48 em 1985 para 4,07 em 1984, e 4,48 em 1995” (PASSET, 2002, p. 185).

Mais inesperado, e muito importante para entender a expressão violenta de revolta de uma parte da juventude francesa,

<sup>6</sup> Baseado em desemprego de longa duração, expectativa de vida menor que 60 anos, renda abaixo da linha de pobreza do país, conhecimentos insuficientes para permitir mudança de situação econômica etc.

é o aumento da desigualdade entre gerações. Na França – e, provavelmente, também na maior parte do mundo –, desde pelo menos meados dos anos 1970 vem crescendo esta desigualdade. Trata-se de uma reversão de uma tendência histórica, já que, até então, cada geração vivia um avanço no nível de vida em relação à anterior, o que era uma das mais fortes fontes de legitimação do sistema econômico capitalista: “As gerações nascidas por volta de 1970 começam seu ciclo de vida num nível próximo das nascidas por volta de 1950. Os casais muito jovens (de menos de vinte e cinco anos) têm rendas sensivelmente menos elevadas em 1994 que em 1989” – a queda foi de 15% em média (GOUX e MAURIN apud PASSET, 2002, p. 188). Parece correto dizer, portanto, que a revolta expressa a angústia da parte mais atingida da juventude francesa pela desigualdade de gerações, pelas menores oportunidades dadas pelo sistema: os jovens dos subúrbios discriminados por sua pobreza e origem étnico-cultural.

## A questão da igualdade

Na linguagem dos direitos humanos, deu-se em 2005 uma espécie de luta não pela conquista da sua “4ª geração” – o chamado “direito à diferença” –, mas antes pelo reconhecimento da plenitude de direitos das 1ª, 2ª e 3ª gerações (respectivamente, civis, políticos e sociais) pelos imigrantes legais e clandestinos das ex-colônias francesas e seus descendentes. Eles parecem desejar o reconhecimento de direitos mais facilmente estendidos aos outros franceses: a igualdade perante a lei (típico direito civil que não vale para clandestinos), a não discriminação no acesso ao trabalho (direito civil que parece não valer para nenhum deles), direito de votar e ser votado (não estendido aos imigrantes) e direitos sociais de modo geral (já que os subúrbios são menos bem servidos de serviços públicos de saúde, educação e lazer).

Até o princípio da cidadania civil – o “direito a ter direitos” – entra no rol destes desejos. Segundo Caldeira (13/nov./2005), se os favelados no Brasil sabem que são cidadãos e têm direitos, ainda que não funcionem, “[...] a luta dos imigrantes e seus descendentes é pelo próprio direito de ter direitos”, pelo reconheci-



mento à mesma cidadania dos demais franceses. Para Magnoli (8/dez./2005), “os jovens amotinados [...] querem [...] sim ser tão franceses como os demais”. Eles querem a igualdade, não a “diferença”. “Querem o respeito que seus pais não tiveram” e que a República cumpra o prometido contrato da cidadania integral.

Mas não se trata apenas da igualdade civil, mas também da social. Forrester, ao discutir a civilização “sem empregos” que vem se desenhando, analisa assim a condição destes jovens moradores dos subúrbios franceses: “[...] se ter acesso ao trabalho afigura-se difícil para a maioria e sem grande esperança para muitos, e em primeiro lugar aqueles a quem chamamos os ‘jovens’ – subentendido: os dos subúrbios considerados ‘sensíveis’ – quase não têm qualquer chance de um dia ter esse direito” (1997, p. 57). A sociedade não lhes oferece perspectivas de presente e futuro, e ainda os acusa de não conseguir se integrar, de supostamente “[...] não aceitar tudo com a gratidão que era de esperar” (p. 58).

Em 2005, este desejo de igualdade se manifestou pelo motim, por uma forma de revolta que realmente é a menos organizada e consciente. No entanto, na própria França, outras manifestações de descontentamento das camadas trabalhadoras precarizadas, fazendo uso de métodos políticos mais conhecidos e organizados, parecem não ter conseguido alterar muito a realidade: a Marcha dos *Beuers* em 1983, já comentada, e o movimento dos desempregados franceses em 1998, considerado pelo próprio Bourdieu (1998, p. 128-131) como um verdadeiro milagre social.

A revolta de 2005 também pode ser incluída numa onda mais ampla de demonstrações contra os efeitos sociais nocivos da globalização. Na verdade, desde há mais de duas décadas temos insurreições populares contra os “cercamentos” dos bens públicos promovidos pelo capitalismo global, de modo que Seattle em 1999, seguida por outros importantes protestos contra instituições supranacionais promotoras da globalização hegemônica, foi um revelar ao mundo desta crescente insatisfação (Cf. DENNING, 2002). Seattle marcou em 1999 o ápice deste novo ciclo de insurreição social contra os efeitos excludentes e criadores de desigualdade da era global do capitalismo. Tudo começou com as “revoltas contra o FMI” no fim da década de 1970 e no começo da

seguinte: revoltas urbanas por comida em países como Peru, Egito, Jamaica e Polônia, dado o aumento de preços resultantes de políticas ordenadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), bem como o fim de subsídios em serviços sociais e a privatização de bens públicos. Uma série de revoltas importantes com o mesmo tom se deu também em 1989, relacionadas inclusive com movimentos sociais que ajudaram a pôr fim ao socialismo no Leste Europeu. Outro momento importante, antes de Seattle, foi o início da revolta dos zapatistas em Chiapas, México, em 1994 (DENNING, 2002).

Contudo, mesmo tendo causas semelhantes, os distúrbios na França têm diferenças em relação ao modo de revolta bem organizado e com ações preparadas com antecedência e detalhamento (mesmo quando violentas) que se revelou com Seattle. Por outro lado, os distúrbios lembram as revoltas mais espontâneas e próximas do modelo do “motim urbano” do ciclo inicial de revoltas contra a globalização, acima descrito.

Enfim, é preciso lembrar do relativo eclipse do movimento de crítica à globalização depois de 2001 – por motivos diversos, desde a repressão mais eficiente contra atos massivos até a cooptação de muitas organizações não-governamentais pelo Banco Mundial e diversos outros programas sociais em parceria com governos, passando pelo predomínio de tendências mais moderadas nas forças que organizam os Fóruns Sociais Mundiais. Justamente este eclipse, ainda que num país que teve importantes entidades críticas à globalização hegemônica, parece explicar por que nenhuma organização sociopolítica nem ao menos tentou dar forma à insatisfação dos jovens dos subúrbios. Esta falta de organismos representativos, sejam eles da política institucional tradicional, ou sejam dos “novos movimentos sociais”, ajuda a explicar que tenha se dado de modo tão violento a vazão daquele sentimento de frustração e injustiça destes jovens.

Poderia se ficar tentado a considerar que o motim de 2005 revela tão-somente a derrocada do movimento de crítica à globalização, tanto quanto a passagem do modo “radical” de rebeldia juvenil ao modo “delinqüente” – ou seja, que da vazão de insatisfações sociais conscientes passa-se à pura expressão de desejos irracionais violentos. Ou, ainda pior, que as instituições

do capitalismo global teriam conseguido solucionar as principais contradições deste sistema, o que explicaria o esvaziamento do movimento que atingiu o auge em Seattle. Deste modo, o que os eventos de 2005 revelariam é apenas um problema “cultural”: a incapacidade de integração de populações de origem “islâmica”, bem como de seus filhos atirados à delinquência. Para resolver tal questão, bastaria adotar modelos criativos de inserção cultural, ou, segundo a direita, coibir a imigração vinda do “Oriente” e reprimir as tendências agressivas destas juventudes pouco integradas aos valores do “Ocidente”.

Entretanto, é preciso lembrar que o fato de o movimento mais consciente de crítica à globalização ter perdido sua força inicial não significa que as contradições sociais geradas pelo capitalismo global tenham desaparecido como num passe de mágica. Ao contrário, pois, se é verdade que o ciclo mais organizado de revoltas se esvaiu, também é verdade que as insatisfações e o sentimento de injustiça continuam fortes entre as populações trabalhadoras do mundo, principalmente entre aquelas excluídas ou jogadas às margens do mundo do trabalho protegido por direitos sociais e bons salários. A revolta de 2005 foi uma incendiária manifestação destes sentimentos.

## **Conclusão: as condições juvenis**

Mas o que teria a ver a condição juvenil dos revoltosos daqueles subúrbios com as ações violentas? Como se expressou esta condição e como ela foi fator de grande importância para que se detonasse esta rebelião espontânea? Acredito ter já em parte respondido tais questões, mas pretendo abaixo trazer mais alguns elementos para fechar, ao menos por ora, esta discussão.

Desejo retomar a questão da condição juvenil. Minha definição de condição juvenil é chamada por alguns como o modelo “moderno” desta condição, considerando a juventude como uma fase transitória, de passagem para a maturidade, à condição adulta. Mas, nos últimos anos, muitos passaram a defender que houve a implosão deste modelo, já que as categorias etárias teriam deixado de ser “faixas etárias” e passaram a ser “estilos de vida”, “mo-

dos de ser”. Afirmam que os jovens em sua maioria deixaram de viver a juventude como transição, passando a vivê-la como “fim em si mesmo”, como uma identidade sociocultural que se distingue das demais pelo seu modo de ser e viver que se basta em si mesma (Cf. ESTÊVÃO, 2006).

Concordo que esta condição juvenil “pós-moderna” seja uma tendência importante. Mas seu grau de abrangência é relativo, ainda que tenha ganhado hegemonia no imaginário social – e até no discurso sociológico. Se muitos desejam viver a juventude como um modo de ser que se basta em si mesmo, enquanto o indivíduo assim o desejar, numa era em que o curso da vida tende a se “reprivatizar” – composto segundo os anseios de cada um – , apenas alguns poucos efetivamente conseguem viver este ideal alimentado pela sociedade de consumo. Na prática, esta nova condição juvenil é vivida apenas por “jovens” das elites e classes médias-altas do mundo “ocidental” e/ou das partes “globalizadas” do planeta – inclusive aqueles que desejam deixar de ser adultos ou querem viver a velhice como “3ª Idade”.

Certamente, a condição juvenil “moderna”, além de ter perdido sua “hegemonia” ideológica, vê-se cada vez mais dificilmente vivida pela maioria das camadas sociais que caíram fora da condição “pós-moderna”. Contudo, ela ainda predomina entre os setores que vão das classes trabalhadoras mais bem integradas ao mundo do trabalho às classes médias.

Quanto àqueles que, mesmo situados nas faixas etárias pretensamente juvenis, pertencem às classes trabalhadoras precarizadas ou marginalizadas – em especial, nas partes pobres do 3º Mundo –, vêem-se diante da negação da juventude – e, antes, até da própria infância. O outro lado da reprivatização do curso da vida, o outro lado da pretensa liberdade de, segundo seu poder de consumo e idiosincrasias, escolher qual identidade vestir neste ano ou neste final de semana é a negação dos cuidados e direitos especiais a categorias como infância, juventude e velhice – que a denuncia como uma “desinstitucionalização” do curso da vida. Cada vez mais crianças – como era a situação na pré-modernidade – têm como perspectiva de vida futura o engajamento direto, sem transição, para a “vida adulta”

(logicamente, como trabalhador precarizado ou componente do exército laboral de reserva).

Diante destas situações da condição juvenil – os modelos moderno e pós-moderno, e a sua negação –, onde situar os jovens dos subúrbios franceses?

Primeiro, considero que os jovens rebelados não têm a sua juventude negada, pois não são privados dos cuidados mínimos dispensados à juventude nem são obrigados, em geral, a passar direto da infância à maturidade. Por outro lado, não se encaixam totalmente no modelo moderno – de transição à maturidade e integração plena à sociedade, não porque desejam não se integrar, muito pelo contrário, mas porque isto é dificultado. Se as gerações anteriores oriundas da imigração se curvaram à cessão de uma cidadania de segunda categoria e posições inferiores no mercado de trabalho – afinal, eram populações em suposto “processo de assimilação” –, estes jovens parecem negar o que a futura estrutura social lhes promete: uma espécie de sociedade de “castas” na prática, em que as “minorias” são reconhecidas – seja sob o elogio do “multiculturalismo”, seja sob a censura do novo racismo –, mas separadas, apartadas, estabelecendo-se desigualdades sob supostas diferenças culturais insuperáveis.

Enfim, dada principalmente a questão do desemprego – condição laboral atual ou premente destes jovens –, em conjunto com a manutenção na França de certos direitos sociais mínimos (preservados desde os tempos do Estado de Bem-Estar), a condição juvenil deles se aproxima do modelo “pós-moderno”, só que de “segunda categoria”. Trata-se de uma condição juvenil perene que se promete a estes jovens que não precisarão amadurecer integralmente. Como os demais jovens, eles se vêem diante de uma espécie de moratória social, desobrigados a adotar comportamentos sérios ou compromissos duradouros. Contudo, diferente do modelo “pós-moderno”, esta condição juvenil permanente não é mantida por recursos privados, mas sim por fundos públicos que garantem uma renda mínima, ao menos enquanto não se conseguir um “bom emprego” e assim se tornar um “verdadeiro” adulto. Isto significa viver a juventude sem a mesma capacidade de consumir daqueles que podem se manter nela por seus rendi-

mentos privados, e, portanto, a impossibilidade de viver a juventude do modo considerado em cada momento como o mais pleno, aquele que está na “moda”, que é o mais “legal”.

Também diferente do modelo pós-moderno pleno, e ainda mais importante, esta condição juvenil não é opcional. O indivíduo não tem a possibilidade de escolher quando deixar de ser jovem, pois esta condição juvenil de segunda categoria é compulsória. É a única condição a que tem “direito” numa sociedade do desemprego crescente – principalmente para pobres de origem imigrante –, mas que preserva direitos sociais mínimos.

Trata-se de uma situação dúbia e absurda: a vivência cotidiana de uma desigualdade flagrante e uma identidade social indesejada (uma eterna juventude compulsória) e incógnita (não se é estrangeiro nem plenamente francês). É isto o que é vivido por estes jovens, o que certamente vem causando enormes angústias, ainda que não consigam perceber claramente as suas causas sociais. Angústias que foram fundamentais para o despontar da furiosa e incendiária rebelião de 2005.

## Referências bibliográficas

ASCHER, Nelson. A Intifada europeia, capturado de [www.myforum.org/descripcion.php?ultimo-1&nforo=79008](http://www.myforum.org/descripcion.php?ultimo-1&nforo=79008) em 15/dez./2005.

AUGUSTO, Sérgio. A “petit intifada” acabou. Será?. **O Estado de S. Paulo**, 20/nov./2005, p. J6.

BORGES, Altamiro. A revolta dos imigrantes na França, capturado de <http://www.contee.org.br/secretarias/politicassociais/materia7.htm> em 8/dez./2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. Loïc WACQUANT. Prefácio: Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BROOKS, David. O predomínio de elementos do “gangsta rapa” no modo de agir dos jovens franceses rebelados. **Folha de S. Paulo**. 13/nov./2005.

BLANCO, Manuel Fernández. ?Que hemos hecho para merecer esto?, capturado de <http://www.lavozdegalicia.es/inicio/noticia.jsp?CAT=39094&TEXTO=4236214> em 15/dez./2005.

CALDEIRA, Tereza. A antropóloga Teresa Caldeira explica a segregação nos subúrbios de Paris. Entrevista a Daniel Buarque. **Folha de S. Paulo**. 13/nov./2005.

CASTELO, Afrânio. O novo canto do galo, capturado de <http://www.revolutas.org> em 8/dez./2005.

DENNING, M. Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos Três Mundos. In: LOUREIRO, Isabel. *et. al.* (Orgs.). **O espírito de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 61-78.

ECONOMIST GLOBAL AGENDA, THE. A wounded nation resort to extreme measures, capturado de [http://www.economist.com/agenda/displautstory.cfm?story\\_id=5134685](http://www.economist.com/agenda/displautstory.cfm?story_id=5134685) em 15/dez./2005.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESTÊVÃO, Carlos V. Educação e juventude: o lugar da escola nas representações dos jovens. **Impulso**. Vol. 17, n. 42, Piracicaba: Editora Unimep, jan.-abr. 2006, p. 11-19.

FERNANDES, Daniela. Desemprego e racismo alimentam revolta em Paris. Capturado de <http://www.estadao.com.br/internacional/noticias/2005/nov/03/131.htm>, em 8/dez./2005.

FOLHA ONLINE. Violência diminui, mas rebelados queimam 600 carros na França, capturado de [www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89383.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89383.shtml) em 8/dez./2005.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

GREENHALGH, Laura. A inflamada linguagem da destruição, entrevista com Tariq Ramadan, **O Estado de S. Paulo**, 13/nov./2005, p. J4-5.

GROPPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre Sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERMEL, Frédéric. Hijos de la ira, capturado de <http://www.lavozdegalicia.es/inicio/noticia.jsp?CAT=39094&TEXTO=4236227> em 15/dez./2005.

IRELAND, Douglas. Trinta anos de negligência incendiaram a França. **Folha de S. Paulo**. 15/nov./2005.

KASSOVITZ, Mathieu. Reações cutâneas no país de baixo, capturado de <http://www.mathieukassovitz.com>, em 8/dez./2005.

LAGUILLER, Arlette. Só o fim do capitalismo evitará novos confrontos. Entrevista a Márcio Senne de Moraes. **Folha de S. Paulo**. 13/nov./2005.

LEITE NETO, Alcino. Comunidade na França prefere o silêncio. **Folha de S. Paulo**, Especial, A-8, 23/set./2001.

LAPOUGE, Gilles. A falência da “liberdade, igualdade e fraternidade”. **O Estado de S. Paulo**, 12/nov./2005, p. A20.

MAGNOLI, Demétrio. O véu e a república. Capturado de <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/shownews.asp?n=278&ed=1> em 8/dez./2005.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, vol. III, p. 81-106.

MAZURSKY, Janus. Paris urgente: a revolução não será televisionada, capturado de <http://www.duplipensar.net/dossies/2005-q4/europa.revolta-a-juventde-na-franca.html> em 8/dez./2005.

MONDE, LE. Fracture urbaine, capturado de <http://www.lemonde.fr/web/article/0.1@2-3232.36-707519@51-704172.0.html> em 15/dez./2005.

ORICCHIO, Luiz Zanin. Os neo-reacionários franceses. **O Estado de S. Paulo**, 18/dez./2005, p. D6.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença, **Tempo Social**, São Paulo, 2º sem./1990, p. 7-33.



RAMONET, Ignácio. As origens da revolta social na França. Capturado de <http://agenciartamainor.uol.com.br/agencia.asp?id+3709&cdededitoria+005&coluna=reportagens> em 8/dez./2005.

RUSHDIE, Salman. Pela defesa do multiculturalismo. **O Estado de S. Paulo**, 18/dez./2005, p. J6.

SADER, Emir. Os órfãos da globalização, capturado de <http://praticaradical-textos-entrev-ensaios.blogs.com/> em 15/dez./2005.

SMITH, Alex Duval. The week Paris burned, capturado de [observer.guardian.co.uk/focus/story/0,6903,1635373,00.html](http://observer.guardian.co.uk/focus/story/0,6903,1635373,00.html) em 15/dez./2005.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.